



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RENATA DOS SANTOS ARAÚJO

**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI**

Salvador
2021

RENATA DOS SANTOS ARAÚJO

**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS
FORMIGLI**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado a
Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Departamento de Educação Campus I em
cumprimento às exigências para obtenção de
grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Humberto da Silva.
Coorientadora: Prof. Msc. Katia M. de A. Barbosa

Salvador
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

A663s

Araújo, Renata dos Santos

Sistema socioeducativo na Bahia: uma análise da estrutura e funcionamento da Escola Municipal Professor Carlos Formigli / Renata dos Santos Araújo. - Salvador, 2021.

44 fls.

Orientador(a): Prof. Dr. José Humberto da Silva.

Coorientador(a): Pr^º Msc. Kátia Maria de Aguiar Barbosa.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Campus I. 2021.

1. Delinquentes juvenis - educação. 2. Sociologia educacional - Bahia.
3. Escola Municipal Professor Carlos Formigli - Bahia.

CDD: 377

RENATA DOS SANTOS ARAÚJO

**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado a
Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Departamento de Educação Campus I em
cumprimento às exigências para obtenção de
grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Humberto da Silva.
Coorientadora: Prof. Msc. Katia Maria de A. Barbosa

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Humberto da Silva
Universidade do Estado da Bahia

Coorientadora: Prof. Msc. Katia M. de A. Barbosa
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dra. Ana Cristina Castro do Lago
Universidade do Estado da Bahia

Salvador
2021

Dedico este trabalho a minha família pelo amor, apoio e compreensão, em especial aos meus filhos que foram minha mola propulsora nessa caminhada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	10
3. MARCO TEMPORAL: DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL AOS DIAS ATUAIS	13
4. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA	28
4.1. AS CASES	28
5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI	35
5.1. ESTRUTURA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI: DA SUA CONSTRUÇÃO AOS TEMPOS ATUAIS	36
5.2. METODOLOGIA ADOTADA PELA ESCOLA	38
5.3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou muito grata a essa divindade maior que é Deus e todos os espíritos de luz que me conduziram até a conclusão desse ciclo.

A minha mãe, que neste momento atravessa uma fase delicada diante de suas dores. Muito obrigada por ter sido tão forte e enfrentar uma vida dura para criar uma filha sozinha, numa sociedade que ainda olha com desconfiança para as “mães solas”.

Aos meus filhos, Maria Fernanda e Miguel, por terem sido compreensíveis nos períodos que minha formação me exigia dedicação. Amo vocês por essa e por outras vidas. Deus gosta muito de mim, apesar dessa filha imperfeita.

A Manoel, pai dos meus filhos e companheiro de jornada, meu maior incentivador. Obrigado por dividir sonhos e ideais sociais e políticos (Fora Bolsonaro).

Fui agraciada em fazer parte de uma turma de Pedagogia/noturno “2016.1”, composta de pessoas íntegras, solícitas, dedicadas, tenho muito orgulho de cada um e torço que todos tenham oportunidades de crescimento profissional. Em especial a minha trupe “Da Uneb para vida”: Genilson, meu amigo de outras vidas; Washington Matheus, um filho que a Uneb me deu. Menino bom de alma límpida; Catita, minha irmã libriana; Raiana, minha abelhinha parceira de Estágio; Iarinha, no momento mais difícil ela nos mostrou ser uma fortaleza; Pri e Michele, minhas vizinhas e parceiras do “vamos tomar uma” para desopilar. Gratidão, a caminhada foi mais leve.

Muito obrigada a cada Instituição de Ensino em que fui Estagiária, tive muita sorte, desde o começo na Escolab; Escola Municipal Metodista Suzana Wesley; Escola Municipal Tomaz Gonzaga; Brinquedoteca Paulo Freire; Escola Municipal Professor Carlos Formigli; Escola Módulo Criarte; Residência Pedagógica em Inclusão; Senac/ Praça da Sé.

Aos professores dessa Universidade que contribuíram para minha formação como Pedagoga e como Cidadã; ao Departamento de Educação; Colegiado de Pedagogia, a todos meu respeito e carinho.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Humberto da Silva, que com sua postura incisiva trouxe a luz outros caminhos a minha pesquisa em meio a uma pandemia. E me disse: - Renata, vamos formar né? Obrigado.

A banca examinadora, composta pelas afetuosas prof. Dra. Ana Cristina Castro do Lago e Prof. Msc. Kátia Maria de Aguiar Barbosa, a vocês muito obrigada pela oportunidade de aprendizado e do despertar em acreditar que “eu” era capaz.

Eu não poderia deixar de agradecer neste momento que o nosso país atravessa a maior crise sanitária de todos os tempos, onde mais de 600 mil pessoas perderam suas vidas. Eu estou viva e vacinada. Por isso gratidão a todos os profissionais que estão envolvidos nessa luta árdua contra esse vírus.

Educação não transforma o mundo.
Educação muda às pessoas. Pessoas
mudam o mundo.

Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CASE - Comunidade de Atendimento Socioeducativo

ECA – Estatuto Da Criança e do Adolescente

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem – Estar do Menor

FEBEM – Fundação Estadual do Bem – Estar do Menor

FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente

FAMEB – Fundação de Assistência aos Menores do Estado da Bahia

SJDHS – Secretaria de Justiça Direitos Humanos e de Serviço Social

CRT – Centro de Recepção e Triagem da Bahia

SEDH – Secretaria de Estado De Direitos Humanos

SDH – Secretaria de Desenvolvimento Humano

PIA – Plano Individual de Acompanhamento

MP – Ministério Público

SUS – Sistema Único de Saúde

IP – Internação Provisória

SMED – Secretaria Municipal de Educação de Salvador

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

DOM – Diário Oficial do Município

CAM – Casa de Acolhimento ao Menor

TAP – Tempo de Aprendizagem

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

PPP – Projeto Político Pedagógico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aspectos arquitetônicos -----	9
Figura 2 - CONVÊNIO Nº113/2002 -----	9

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a estrutura e funcionamento da Escola Municipal Professor Carlos Formigli, situada dentro das dependências da Case Salvador, que é um Centro de Atendimento Socioeducativo para adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas com privação de liberdade na cidade de Salvador-Bahia. O estudo assume uma abordagem qualitativa, uma vez que objetiva analisar o funcionamento e estrutura da Escola através da revisão bibliográfica. Ao mesmo tempo em que será necessário o conhecimento de toda bibliografia relacionada ao tema, partindo de uma revisão composta pelos principais autores e estudiosos da área por meio de livros, artigos científicos, monografias, teses, revistas científicas com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa, devido ao seu cunho bibliográfico para coleta das informações.

Palavras-chaves: Socioeducativo. Privação de Liberdade. Escola. Estrutura. Funcionamento.

ABSTRACT

This research had as main objective to analyze the structure and operation of the Professor Carlos Formigli Municipal School, located within the premises of Case Salvador, which is a Center for Socio-Educational Assistance for adolescents and young people who fulfill socio-educational measures with deprivation of liberty in the city of Salvador-Bahia. The study takes a qualitative approach, since it aims to analyze the operation and structure of the School through a bibliographic review. At the same time it will be necessary the knowledge of all the bibliography related to the theme, starting from a review composed of the main authors and scholars of the area through books, scientific articles, monographs, theses, scientific journals with the objective of putting the researcher in direct contact with all the material already written about the subject of the research, due to its bibliographical nature for the collection of information.

Key-words: Socioeducational. Deprivation of Liberty. School. Structure. Functioning.

1. INTRODUÇÃO

A escola tem papel fundamental como uma instituição social e como espaço de socialização e de formação da cidadania. Essa função social que cabe a escola é porque esta é responsável pela transmissão, transformação e compartilhamento de conhecimentos e informações que são compilados historicamente ao longo da vida pelo ser humano. Concluímos que ela influencia o desenvolvimento das pessoas porque o conhecimento formal mediado por processos de ensino é fator ideal na promoção do desenvolvimento de processos psicológicos mais complexos.

A escolha por este objeto de pesquisa deu-se principalmente por vivências e observações que aconteceram durante o processo de formação como estudante de pedagogia. Primeiramente com a experiência vivenciada na disciplina Estágio Supervisionado II, em Gestão Escolar, onde fiz meu estágio supervisionado na Escola Municipal Professor Carlos Formigli, que se encontra dentro da Casa/Tancredo Neves. Nesta instituição pude pela primeira vez ouvir falar em Socioeducação, já que dentro da Universidade nunca tinha nem mesmo escutado falar sobre esse tema, nem quanto menos cursado nenhuma disciplina que envolvesse a educação para privados de liberdade. Um campo de trabalho e pesquisa instigantes, com um público atendido que sofre de um “apagamento” perante os olhos do Estado e são marginalizados pela sociedade, sendo assim fundamental que a proposta pedagógica esteja alinhada com a complexidade dos desafios impostos para esse grupo que vê na educação o caminho para a ressocialização em vistas de uma promoção social.

A Socioeducação tem papel fundamental de atuar como mecanismo de mediação entre os adolescentes e jovens privados de liberdade e a sociedade, de forma a contribuir efetivamente para o seu egresso ao convívio social, formal, e comunitário, auxiliando – os a usufruir de sua liberdade, sem o cometimento de novos atos infracionais.

Segundo Silva (2012, p.109), o papel da Socioeducação constitui-se em encontrar meios para educar adolescentes e jovens para uma liberdade. Vale salientar que a Socioeducação se constitui como uma política pública jurídico – sancionatório e pedagógica, sendo que esta última dimensão deve se sobrepor a primeira. A promoção do desenvolvimento do adolescente e jovem constitui na centralidade da proposta da Socioeducação.

Neste estudo estarão presentes teóricos como: Elionaldo Julião, Cyntia Bisinoto, Pedro Demo, Gomes Da Costa, Roberto Da Silva, dentre outros autores que abordam a temática pesquisada. O caminho metodológico percorrido é a linha da abordagem qualitativa a fim de dialogar com a realidade física e estrutural encontrada na Escola, visando estabelecer um elo entre o que os documentos oficiais exigem e a realidade encontrada no cotidiano de adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

O texto está dividido em seis seções considerando sua densidade e favorecendo ao leitor uma busca mais simples na localização das temáticas discutidas. A seção introdutória traz uma descrição do objeto de estudo, sua relevância, o problema de pesquisa e os objetivos que esta pesquisa pretende alcançar. Na segunda seção é abordado o percurso metodológico e as bases teóricas que deram o alicerce da pesquisa, a terceira seção discorre sobre as conquistas históricas da socioeducação e os desafios da sua implementação e manutenção no sistema educacional brasileiro. A quarta seção faz um mapeamento da socioeducação na Bahia mostrando as, escassas, instituições que existem em funcionamento. A quinta seção é voltada para o objeto central desse estudo, a Escola Municipal Carlos Formigli em que será mostrado todo o percurso para sua criação e os desafios estruturais e pedagógicos para seu funcionamento, a sexta seção explana sobre as considerações finais da pesquisa mostrando que o entendimento sobre a necessidade de uma escolarização humanizada e voltada para a adolescência e juventude, idade potencial do sujeito em socioeducação perpassa por uma escola que além de um currículo adequando tenha infraestrutura adequada para que o trabalho pedagógico obtenha sucesso.

2. METODOLOGIA

A natureza da pesquisa no que diz respeito a sua finalidade é uma pesquisa básica, no intuito de compreender a estrutura e funcionamento da Escola Municipal Professor Carlos Formigli, na Case/Tancredo Neves na cidade de Salvador/Bahia. Uma das formas de conhecer a realidade do outro é pela investigação científica, norteadas por critérios estabelecidos e pela própria ciência, que, por si só, se refere a uma prática sistematizada e reflexiva acerca do pensamento a fim de construir conhecimento. Essa construção deve ser livre de amarras, de paradigmas e de preconceitos. Demo (2000, p.128) entende que para o “aprender a aprender”; assim, a pesquisa adequada e corretamente realizada dissecou seu objeto de estudo em um ambiente “educativo e emancipatório”, evitando o “simples repasse copiado”. Para Demo (2000, p.128), “pesquisa significa diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção”.

Do ponto de vista de seus objetivos, a presente pesquisa é descritiva, pois conforme Gil (2007) é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar, e interpretar o objeto estudado. Utiliza técnicas mais sistematizadas e rigorosas. Ela pode ir além da mera identificação de variáveis, aproximando – se, nesse caso, da pesquisa explicativa, analisando detalhadamente fatos e fenômenos. Na maioria das vezes, assume a condição de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso, segundo Gil (2007), e envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de elementos diversos (do conteúdo, do discurso, de exemplos).

Desse modo, o estudo assume uma abordagem qualitativa, uma vez que objetiva analisar o funcionamento e estrutura da Escola Municipal Professor Carlos Formigli, que funciona dentro da Case/Tancredo Neves através da revisão bibliográfica sendo necessário o conhecimento de toda bibliografia relacionada ao tema, partindo de uma revisão composta pelos principais autores e estudiosos da área por meio de livros, artigos científicos, monografias, teses, revistas científicas com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa, devido ao seu cunho bibliográfico para coleta das informações.

Do ponto de vista conceitual, a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Lima e Mito (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de buscas por soluções, atento ao objeto de estudo, e que por isso não pode ser aleatório, portanto assume um caráter de suma importância, através da delimitação dos critérios e dos procedimentos que permitem definir um estudo como sendo bibliográfico. Atualmente qualquer pesquisa bibliográfica pode ser feita com muita facilidade. Conhecer recursos e manter organizados os resultados gerenciadores de referência é fundamental para o sucesso de qualquer atividade científica, porém é preciso ter cuidado com excesso de informações. É preciso encarar a pesquisa bibliográfica com um objetivo bem definido e com uma metodologia adequada.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utiliza durante o percurso o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Serão consultados alguns autores, Eliane Souza (2020), que relata em sua obra recentemente publicada uma abordagem investigativa a fim de recontar a história da Escola Municipal Professor Carlos Formigli, trazendo um memorial desde a sua fundação a criação de um Grupo de Trabalho no intuito de revisar O Projeto Político da instituição, até a reformulação de um novo currículo, adaptando a realidade de docentes e educando que cumprem medidas restritivas.

Outro autor importante para o desenvolvimento da pesquisa é Elionaldo Julião (2013), que traz em suas obras concepções teóricas e pedagógicas que fundamentam as práticas da Socioeducação, e Cynthia Bisinoto (2014), que traz nas suas análises o processo de formação continuada com objetivo de propor uma ressignificação e reelaboração das práticas docentes na Socioeducação; dentre outros teóricos. É importante salientar que o referido estudo utiliza como fonte

permanente documentos sobre o tema como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que objetiva restituição de direitos, interrupção da trajetória infracional, a promoção social, educacional, cultural e profissional dos jovens e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Em posse de todo o material coletado, a interpretação dos dados foi feita pelo método de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011, p.15), é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. A análise de conteúdo aconteceu a partir das literaturas estudadas já referenciadas. Logo depois foram realizadas as leituras dos textos, ressaltando as relevâncias, destacando a importância e os fatores que levaram ao estudo do tema proposto e por fim a redação do trabalho científico, apresentação em eventos científicos e elaboração das correções, caso sejam necessárias. Ressalto que as bibliografias serão utilizadas em todo o percurso do projeto, pois são essenciais para realização do mesmo.

É importante salientar que inicialmente essa pesquisa tinha outro caráter, onde seria realizada uma pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas com docentes e educandos da escola, inclusive utilizando a técnica de Grupo Focal, porém devido a maior crise sanitária tornou-se inviável sua aplicabilidade.

3. CAMINHO HISTÓRICO: DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL AOS DIAS ATUAIS

O caminho deste marco temporal nos permite investigar quanto ao tratamento dado às crianças, adolescentes e jovens considerados inadequados às normas vigentes, a partir do século XIX até os dias atuais. Os contextos sociopolíticos produzem normas diferenciadas, coerentes com as preocupações que estavam em vigor, principalmente daqueles no poder, mas que, quase invariavelmente, apontam para a intolerância quanto aos que “desviam”, tendo como consequência a segregação. É nítida que apesar das mudanças ocorridas no Brasil ao longo dos últimos dois séculos, e com elas as práticas públicas disciplinares em direção à criança e ao adolescente, alguns métodos persistem ainda hoje, claro com suas devidas mudanças ou adequações, porém mantendo esse caráter excludente entre a lei e o sistema.

O período da Independência do Brasil é marcado pelo peso de uma herança colonial, escravista, de total desvalorização e desumanização. Uma questão que assolava o país era o abandono de crianças, muitas tinham sua origem por conta dos estupros de mulheres escravizadas por seus senhores. Surgindo a Roda dos Expostos, comum na Europa, geridas pelas organizações religiosas, onde as mães depositavam seus filhos recém - nascidos na roda anonimamente, a exemplo, as crianças geradas devido a estupros de mulheres escravizadas pelos seus senhores, ou, filhos de mulheres solteiras. Era uma prática que veio na tentativa de acabar com o extermínio, que acontecia nas ruas, muitas vezes sendo devorados por animais. Já as escolas agrícolas e industriais foram implantadas para atender esse público de desvalidos, que serviriam como mão de obra para os grandes fazendeiros, que estavam preocupados com a gradativa da abolição escravidão.

No século XIX cria-se a chefia de polícia, onde cabiam ações de limpeza das ruas, recolhendo e enclausurando os menores, considerados desviantes, sendo assim considerada uma prática penal regulada. Percebe-se que esse procedimento é um resquício do período colonial.

Vivia-se uma situação de instabilidade política por conta da Nova República, com isso são criados os reformatórios, as casas premonitórias e colônias correcionais para prevenirem as desordens. Devido às tensões nos centros urbanos por conta do crescimento demográfico acelerado acabou gerando um agravamento de crises sociais, como empobrecimento das camadas sociais, aumentando os índices de crimes e conseqüentemente os métodos de repressão.

Nas primeiras décadas da República, a criança se torna um problema central para os políticos, intelectuais e filantropos, ora com intenção de proteger as crianças, ora para proteger a sociedade. Neste momento passa a ocorrer a legitimação da intervenção do Estado sobre a vida privada, sobrepondo o poder paterno, porém sempre com a intencionalidade de saneamento das cidades e exclusão de indesejados.

Nasce em 1923 o primeiro Juizado de Menores, na capital Federal, uma instituição estatal com foco na assistência da infância e juventude, aliada a justiça. Intitulada de fase tutelar, com a preocupação com a delinquência e os denominados “menores abandonados”.

Esse interesse por crianças e adolescentes também vinha do desenvolvimento da Medicina Higienista e da Pediatria, que se baseava em fatores como raça, clima, tendência hereditária, condições de vida familiar e social, ociosidade, para definirem a teoria do criminoso nato, candidatos ao crime, do psiquiatra italiano Cesare Lombroso.

A partir de 1927, com a promulgação do Código de Menores, a infância passou a ser representada sob um viés do perigo que já foi explanando ao longo do texto tendo sempre ações de cunho repressivo com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade fazendo-se necessária a intervenção do Estado. As concepções unicamente morais do problema da delinquência sofreram uma ampliação, com a inclusão de concepções ditas científicas, assim como a questão da influência do *locus* social e da hereditariedade no desenvolvimento dos “desviantes”. A criança deveria, assim, ser controlada e, mais, deveria ser salva.

“Uma multiplicidade de fatores eram apontados como produtores de candidatos ao crime desde a infância: raça, clima, tendências hereditárias, condições de vida familiar e social, ociosidade, vícios e até uma trama retrincada de inclinações inspiradas na obra de Lombroso” (Rizzini, 2008, p. 126).

O método de contenção de menores e as penas até então aplicadas com base no discernimento e o encarceramento como forma de punição, passaram a ser vistas como contraproducentes diante da nova necessidade que era a de “salvar” criança. Mas o principal alvo da assistência e da justiça continuou sendo os filhos das famílias pobres, que eram consideradas inabilitadas para a educação dos seus, como é possível verificar no Código de Menores, quando consubstancia a categoria “menores”.

Em 1941, no governo de Getúlio Vargas, cria –se o Serviço de Assistência ao Menor – SAM , tendo como objetivo disciplinar através do treinamento militar para prevenir o perigo de algum desvio. Já na década de 1960, o SAM era considerado uma escola do crime, verificando - se na instituição os mesmo problemas como violência, falta de recursos, superlotação.

Apesar de ter surgido com caráter educacional, formação profissional, classificação de estudo do menor, porém o SAM não logrou seus objetivos porque se assemelhava aos moldes prisionais. Foi extinto e substituído pela FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

O objetivo então era o de prevenir o perigo de algum desvio e educar os meninos no comportamento social, por meio da disciplina e treinamento militar. Utilizava-se, para isso, de instituições chamadas educandários, patronatos, centros de reeducação ou recuperação, mas que, na verdade, eram internatos que repetiam os mesmos problemas das instituições anteriores, como superlotação, violência e falta de recursos. Conforme explicita Volpi:

A existência de crianças e adolescentes pobres era visto como uma disfunção social e, para corrigi-la, o SAM aplicava a fórmula do sequestro social: retirava compulsoriamente das ruas crianças e

adolescentes pobres, abandonados, órfãos, infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber tratamento extremamente violento e repressivo.

(2001, p. 27)

Os objetivos principais da Fundação eram claros, ao menor com conduta antissocial, que infringiam as normas éticas e jurídicas na sociedade era destinado ao tratamento, já o menor carenciado, em situação de abandono, exploração seria destinado à prevenção. A luz dos objetivos da FUNABEM, a visão acerca da família pobre muda passando a não ser vista como algoz, mas também como vítima da exclusão. Porém num contexto de regime militar, com radicalização política e ideológica ocorreu a continuação de práticas repressivas e tratamento desumano.

Conforme explicita Costa (2006), os reformatórios e escolas agrícolas funcionavam nos moldes dos estabelecimentos prisionais. Seus regulamentos, rotina, métodos disciplinares e quadro funcional diferiam pouco dos utilizados com internos adultos. Avaliando o contexto histórico do processo de criação da FUNABEM que estava pautada em bases ideológicas de cunho paramilitar e com uma utopia de defesa nacional cujo principal inimigo era o comunismo, explica-se seu fracasso quanto à proteção das crianças e adolescentes.

O ideário de infância que se perpetuou ao longo da história brasileira não deixava margens para a aceitação de crianças e adolescentes que por motivos diversos estavam em situação de vulnerabilidade social. A pobreza e a miserabilidade tornavam esses sujeitos como manchas sociais em que a função dos entes governamentais seria de sanar estes desvios de imagem que se tem da infância ideal. Marinho e Galinkin (2017) defendem que esse argumento é válido uma vez que existem registros documentais que demonstram a agressividade das políticas públicas de cunho social:

Como é possível apreender ao longo da história das práticas sociais para a infância considerada “desviante” no Brasil, nem sempre o que era proposto em termos legais, por mais avançadas que fossem as intenções, era cumprido nas práticas reais. O ideal de contenção – por meio asilar, de reforma, pela via do trabalho, de prevenção e disciplina –, pelo viés educativo, encontrava, na prática, muitas vezes, o seu

oposto. Observa-se, analogamente, que a categorização do que é desviante, assim como as expectativas acerca dos resultados do trabalho com tal população, parece ser construída a partir de conjunturas políticas e históricas específicas, com a influência especial dos modelos internacionalmente almejados, mas que, no Brasil, eram, em grande parte, reduzidos às críticas inflamadas de uma minoria intelectual ou política. (2017, p. 287)

No fim da década de 80, o país vivia transformações políticas, com o fim da ditadura militar e abertura democrática. Tínhamos 32 milhões de crianças e adolescentes em situação de carência socioeconômica, o que motivou segmentos da sociedade e grupos independentes a se organizarem em prol da causa da criança. Percebe-se o grande fosso social, as sanções eram seletivas e tendenciosas à criminalização da pobreza. Quanto mais um sistema é desigual, torna-se mais necessário um sistema de controle social do desvio de tipo repressivo (Baratta, 2002).

Numa ação contra hegemônica, durante a Constituinte de 1987, os movimentos sociais lutaram pelos direitos da criança e do adolescente, contestando a ordem hegemônica militar. A partir desse processo de reivindicação da cidadania para crianças e adolescentes, conseguiram registrar suas propostas na Constituição de 1988 sob a forma do artigo 227, que passou a determinar, com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Com tantas transformações, nasce em 1990, o grande instrumento de proteção integral da criança e adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo assim revoga-se o Código de Menores de 1979 e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Neste novo paradigma se reconhece a criança e

adolescente como um sujeito de direitos, sendo prioridade no acesso às políticas públicas sociais, independente de estar privado ou não de liberdade.

A escola tem um papel fundamental por ser um espaço de interação social e difusor de conhecimento de divulgar as ideias e conteúdo do ECA à comunidade escolar. Este espaço tem grande importância na ampliação das relações, concepções, práticas e valores de cada sujeito, levando em consideração que estas podem ser formadas e transformadas.

Sendo um adolescente em medida socioeducativa, ele é um sujeito de direitos, um deles à educação, que é um direito fundamental de formação e sobrevivência prevista na Constituição Federal, e que deve ser ofertado em instituição regular de ensino ou dentro da unidade de internação.

O Brasil é marcado por constantes ondas de violência, aliadas a um modelo de sociedade capitalista de exploração de mão de obra para obtenção de lucro e consumo excludente, o que faz crescer o abismo de desigualdades de classes, aumentando também a prática de delitos e atos infracionais cometidos por adolescentes, o que também aumenta a inserção no sistema socioeducativo. Segundo o ECA (art. 103):

Ato infracional é o ato ilícito, praticado por criança ou adolescente, cuja descrição corresponde à de um crime ou contravenção. Só há ato infracional se àquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor. (2021, p.68)

Para Volpi (2001) existe uma construção social do ato infracional, ou seja, a implicação sociológica está entrelaçada com os valores jurídicos penais de uma forma em que ambos atuem sobre um mutualismo que tenha como objetivo final garantir os direitos das crianças e do adolescente com vistas a serem assegurados de uma proteção que tenha um caráter humanista em sua abordagem.

Os avanços oriundos do desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possibilitaram a construção de um novo paradigma de responsabilização através das chamadas Medidas Socioeducativas. Os artigos 98 e

101 trazem em seu bojo medidas cautelares propondo a proteção da criança e do adolescente, tendo em vista que dissertam sobre a sua utilização quando houver a omissão da responsabilidade da tríade: governo, família e persona. O SINASE destaca que o atendimento inicial se dá:

Assim, após sua apreensão em flagrante de ato infracional, deverá: ser apresentado à autoridade policial, liberado aos pais ou apresentado ao Ministério Público, apresentado à autoridade Judiciária, e encaminhado para o programa de atendimento socioeducativo (internação provisória) para posterior aplicação de medida socioeducativa. O adolescente acusado de prática de ato infracional deve ter o seu Atendimento Inicial agilizado, reduzindo-se oportunidades de violação de direitos, devendo para tanto haver a integração entre os órgãos envolvidos. (2006, p. 46)

Após a determinação judicial para que o adolescente autor de ato infracional tenha a privação da liberdade de forma total e temporária, a internação é aplicada por tempo indeterminado, respeitado o limite de 03 anos. O limite de idade na execução da internação são os 21 anos incompletos (ECA, 1990, art. 121, § 2º a 5º). Após toda apuração legal, o adolescente é encaminhado para cumprir essa internação que ocorre em local específico como determina a legislação.

Deste modo, a internação é a medida aplicada em último caso, quando nenhuma das outras medidas socioeducativas obtiveram sucesso ou quando a infração praticada é considerada como grave ameaça ou violência à pessoa. Entendemos que a medida de internação diz respeito ao bem mais valioso do ser humano: a liberdade, direito fundamental em um Estado democrático, o direito de ir e vir. A privação de liberdade representa o encarceramento, a ruptura com o mundo externo, e a expectativa por sua reconquista é um importante atravessamento no decorrer do cumprimento de toda a medida socioeducativa.

Quando outras medidas não se mostrem adequadas a serem aplicadas como estabelecido pelo ECA , a medida de internação se torna uma conduta passível de ser utilizada tendo que se enquadrar a partir das hipóteses que constam no artigo 122 que disserta sobre:

A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (BRASIL, 1990, Artigo 122)

Assim, para efetivar a internação do adolescente que cometeu ato infracional em conflito com a lei, é necessário um conjunto de procedimentos de apuração desse ato, conforme estabelecido pelo ECA/1990 nos artigos 171 a 190. Devido a sua condição de desenvolvimento, a legislação é específica e cuida para que a apuração não seja como a de um adulto.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi instituído em 2006 como uma Resolução do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA/SEDH nº 119, de julho de 2006). Posteriormente, transformou-se em lei federal, sancionada em 2012 (Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012). A política de atendimento socioeducativo define um novo parâmetro, baseado no sistema de direitos e garantias do adolescente, para o funcionamento das unidades e programas socioeducativos no país.

Consta no SINASE (2012) que os parâmetros de ação e gestão das medidas socioeducativas, desde a maneira como o atendimento inicial do adolescente deve ser realizado (procedimentos e serviços jurídicos da apuração do ato infracional), até as características arquitetônicas que a construção das unidades de privação de liberdade deve observar. Pedagogicamente, o sistema trabalha com conceito de Plano Individual de Atendimento (PIA) que leva em consideração as potencialidades, capacidades e limitações dos adolescentes, ao mesmo tempo em que valoriza a

prática da tolerância e a inclusão dos indivíduos, com respeito à diversidade étnico – racial, de gênero e orientação sexual de cada jovem.

Outro ponto importante que destacaria no SINASE (2012) é a participação familiar e comunitária no processo da socioeducação, por meio de atividades programáticas que deem conta de reaproximar esse adolescente que cumpre medida socioeducativa a família e ao meio social para fortalecer os vínculos afetivos e sociais. Porém isso nem sempre é possível, pois muitas vezes, o adolescente cumpre medida longe do seu domicílio, a exemplo que na Bahia, a Casa Salvador recebe adolescentes e jovens de outras cidades dificultando a manutenção desse vínculo familiar, e muito menos o vínculo comunitário devido ao temor perpetuado no imaginário social.

Segundo Rodrigues (2017) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) tem como base de sua criação a utilização de documentos internacionais como as Diretrizes de Riad promulgada em 1990 e tem em seu escopo leis nacionais como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O SINASE possui uma série de objetivos que aspiram produzir ações de cunho educativo tanto no atendimento ao adolescente que esteja em meio aberto como em casos de privação de liberdade.

Tanto o ECA quanto o SINASE, reconhecem a privação de liberdade do adolescente autor de ato infracional. No entanto, ressalta que esta sanção deve ser aplicada em situações específicas: cometimento de ato infracional grave, reiteração no cometimento de outras infrações ou descumprimento de medida socioeducativa aplicada anteriormente, respeitando os princípios da brevidade (de seis meses à, no máximo, três anos), excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Roquete (2014) entende que os direitos fundamentais a vida em sociedade com qualidade como: educação, saúde, profissionalização, dentre outros. Depende de uma articulação das instituições governamentais de todas as esferas em diálogo com as instituições civis para a efetivação das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Rodrigues (2017) afirma que pensar a socioeducação sob uma perspectiva sociológica e humanista precisa olhar o espaço da

socioeducação como um local de relações simbólicas com o objetivo de reinserir esse sujeito em práticas sociais que o faça ser visto como qualquer outro cidadão na sociedade. A autora constata que para tal a:

Socioeducação não deve seguir o caminho da privação de liberdade, mas trabalhar incessantemente as relações sociais. É indispensável educar o jovem para vida em coletivo, para o convívio social. Sabe-se que para essa prática tornar-se efetivos investimentos na educação é a principal resposta ao problema do adolescente em conflito com a Lei.

(RODRIGUES, 2017, p.20)

O SINASE é um documento composto de diretrizes para a efetivação das medidas socioeducativas com o objetivo de incluir socialmente esse adolescente em conflito com as leis. Rodrigues (2017) corrobora que “o SINASE tornou-se o parâmetro para concretização das medidas socioeducativas, objetivando a inclusão social.” (p.24).

No artigo 94 do ECA apresentam-se as garantias que os adolescentes têm direito durante o cumprimento de medidas socioeducativas de internação e o SINASE busca avaliar o referido artigo:

VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal; VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos; IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; X - propiciar escolarização e profissionalização; XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer; XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças. (ECA, 2021, p. 59)

Deste modo, a Lei 12.594/12 elenca as finalidades das medidas socioeducativas:

Art. 1º. [...] § 2º. Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos: I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (BRASIL, 2012)

Em seu propósito o SINASE busca em suas diretrizes destacar que o funcionamento das Unidades de Atendimento Socioeducativo precisam de uma equipe multidisciplinar, dado que a complexidade do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas exige uma atenção em aspectos que vão desde ao jurídico até a sua reinserção social com o acompanhamento das instituições como CRAS.

Quanto ao orçamento financeiro, o SINASE deixa evidente em suas disposições que o programa será custeado pelas três esferas governamentais: União, Estados e Municípios. Tendo como fonte primária a Seguridade Social, além disso deixa aberta a possibilidade da realização de convênios ou campanhas de doação com o intuito de fomentar a responsabilidade social e a manutenção dos espaços das unidades de atendimento socioeducativo.

A infraestrutura é demarcada no documento como ponto de atenção tendo em vista que este não é baseado nos moldes prisionais, sendo assim os parâmetros para a construção das Unidades de Atendimento Socioeducativo devem atender as necessidades com o intuito de resguardar os direitos desses sujeitos. De acordo com o Sinase (2006):

A estrutura física das Unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico do programa de atendimento, devendo respeitar as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança. (p.67)

A especificação dos elementos necessários em uma unidade de atendimento socioeducativo é demarcada no Sinase em seu tópico 7.4 na alínea 10 que destrincha todos os espaços essenciais para o funcionamento ideal:

10) prever no projeto arquitetônico um núcleo comum de administração para os casos de construção de mais de uma Unidade de atendimento no mesmo terreno de forma que os setores previstos possibilitem um fluxo ordenado de pessoas e veículos a saber: • acesso e controle (portaria, revista e segurança externa) • administração • salas de coordenação • serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, garagem, depósito de resíduos, vestiário para funcionários) • auditório • visita familiar • área de saúde • escola • oficinas profissionalizantes • campo de futebol • quadra poliesportiva coberta • anfiteatro • espaço ecumênico.

(2006, p.70)

O SINASE no corpo do seu documento traz uma figura que ilustra os cenários arquitetônicos das unidades de atendimento socioeducativo:

Figura 1 - Aspectos arquitetônicos

Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade ³⁸	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					

Fonte: Sinase.

O SINASE sinaliza doze diretrizes pedagógicas que são norteadoras das práticas pedagógicas em unidades de atendimento socioeducativo de qualquer tipo:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; 2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo; 3. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas; 4. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa; 5. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo; 6. Diretividade no processo socioeducativo; 7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa; 8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional; 9. Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente; 10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; 11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa; 12. Formação continuada dos atores sociais. (2006, p. 48-49).

É de extrema importância que os poderes públicos, a sociedade civil como um todo passe a enxergar a causa dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas com mais respeito, dignidade, dando prioridade no cumprimento das políticas públicas, prevenindo que estes adentrem o mundo do crime, tendo sua infância e juventude interrompidas pela violência.

4. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA

O Sistema da socioeducação na Bahia é gerido pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), órgão responsável pela gestão da política de atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, de semiliberdade e privação de liberdade. A FUNDAC foi criada em 1991, por meio da Lei 6.074, antiga Fundação de Assistência a Menores no Estado da Bahia (FAMEB).

Com características de personalidade jurídica de direito público, instituição tem autonomia administrativa e financeira, com patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o território da Bahia, ligada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS). As Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASES) são unidades onde os adolescentes e jovens que cometem atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade, privação de liberdade ou aguardam decisões judiciais por meio da internação provisória.

A municipalização das unidades socioeducativas de internação no estado da Bahia é um fator complexo, pois devido à escassez de unidades ocorre que o infrator não consegue cumprir as medidas socioeducativas na cidade em que reside, ou na região, sendo deslocados para a capital. As diretrizes pedagógicas que amparam o funcionamento do atendimento socioeducativo estão sinalizadas pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente fruto da resolução 113/Conanda/2006:

- I - prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo; II - ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político-pedagógico; III - construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos; IV - exemplaridade, presença educativa e respeito à singularidade do adolescente socioeducando, como condições necessárias no atendimento socioeducativo; V - disciplina como meio para a realização do processo socioeducativo; VI - exigência e compreensão enquanto elementos primordiais de

reconhecimento e respeito ao adolescente durante o processo socioeducativo; VII - dinâmica institucional favorecendo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes entre equipe multiprofissional (técnicos e educadores); VIII - organização espacial e funcional dos programas de atendimento socioeducativo como sinônimo de condições de vida e de possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente; IX - respeito à diversidade Étnica/racial, de gênero, orientação sexual e localização geográfica como eixo do processo socioeducativo; e X - participação proativa da família e da comunidade no processo socioeducativo.

(CONANDA, 2006)

No Estado da Bahia existem atualmente seis Centros de Atendimento Socioeducativo (CASES) no quadro é demonstrado um panorama dessas unidades:

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO NA BAHIA**

UNIDADE	FUNDAÇÃO	LOCAL	CAPACIDADE	MEDIDA
CASE SALVADOR	1978	SALVADOR	150	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO SENTENCIADOS
CASE SALVADOR FEMININA	-----	SALVADOR	35	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO SENTENCIADOS
CASE CIA	1998	SALVADOR	90	INTERNAÇÃO SENTENCIADOS
CASE JUIZ MELO MATTOS	2018	FEIRA DE SANTANA	56	INTERNAÇÃO SENTENCIADOS
CASE ZILDA ARNS	2011	FEIRA DE SANTANA	90	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO SENTENCIADOS
CASE IRMÃ DULCE	2014	CAMAÇARI	72	INTERNAÇÃO SENTENCIADOS

5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI

A escola atua por meio de Convênio e Cooperação Técnica firmada entre a Prefeitura Municipal de Salvador (Secretaria Municipal de Educação de Salvador – SMED) e a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC. O convênio pautou – se em prerrogativas legais amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.9394/96 amparado também pelo Art. 2 “Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional”.

As turmas são organizadas para atender aos estudantes de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). De acordo com as definições, as salas de aula devem medir 15 m² para 10 alunos, podendo chegar ao máximo de 15 alunos, respeitando a determinação de 01 m² por educando no espaço físico da sala.

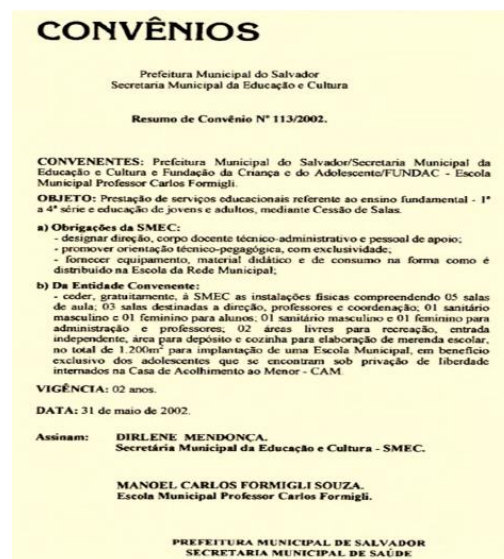
Embora o SINASE traga tal definição, a escola abriga até 15 alunos por sala, em virtude de estar ligada a uma CASE que não tem conformidade com a legislação. A distribuição é feita de acordo com a dinâmica dos alojamentos e casas que são sinalizados como possíveis de serem atendidos no mesmo turno e no mesmo espaço de sala de aula sem afetar a segurança dos adolescentes e jovens, estudantes da escola.

Nesses vinte e dois anos de implementação do ECA e dez da fundação da Escola temos a Lei Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei n. 12594/2012, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece em seu artigo 15 que a existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência é um pré-requisito para a inscrição de programas de privação de liberdade envolvendo sujeitos adolescentes e jovens.

5.1. ESTRUTURA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS FORMIGLI: DA SUA CONSTRUÇÃO AOS TEMPOS ATUAIS

No intuito de dar corpo a minha pesquisa, recorri ao Diário Oficial do Município, localizando o primeiro convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, e a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC). O resumo nº 113/2002, datado de 31 de maio de 2002 e com vigência de dois anos, afirma que o objeto do convênio é a “prestação de serviços educacionais referentes ao Ensino Fundamental – 1ª a 4ª Série e Educação de Jovens e Adultos, mediante Cessão de Salas”. O estabelecimento deste convênio ocorreu com o objetivo de propiciar a criação da escola para o atendimento exclusivo de adolescentes e jovens internos da Comunidade de Atendimento Socioeducativo vinculada à FUNDAC em cumprimento de medida socioeducativa. Naquela época ainda denominada Casa de Acolhimento ao Menor (CAM).

Figura 2 - CONVÊNIO Nº113/2002



Fonte: Diário oficial de Salvador

No corpo do texto do convênio nº 113/2002 (figura 06) estão descritas as instalações que foram cedidas pela FUNDAC, permitindo reconstituir a configuração física inicial da escola. Além disso, é possível perceber que a assinatura do convênio foi efetivada pela Secretária de Educação do município e o senhor Manoel Carlos Formigli Souza, gerente da FUNDAC na ocasião, que foi homenageado com o nome da escola.

A inauguração da escola contava com uma infraestrutura composta por cinco salas de aula, três salas destinadas à direção, sala de professores e coordenadores, um sanitário masculino um feminino para estudantes, além de conta com banheiro masculino e feminino para equipe técnica, duas áreas livres para recreação, uma entrada independente, área para depósito, uma cozinha para elaboração da merenda escolar.

Atualmente, a escola encontra-se com uma infraestrutura diferente, com seis salas, uma sala para direção e secretaria, um almoxarifado e uma sala de leitura em implantação. Infelizmente não há banheiros para servidores ou para estudantes dentro da escola. A merenda escolar é preparada numa cozinha fora do espaço da escola e não há espaço para recreação. A situação descrita é situada dentro das dependências da Comunidade de Atendimentos Socioeducativo e atende apenas educandos do sexo masculino, já o atendimento as estudantes do sexo feminino são atendidas em uma sala anexa dentro das dependências da Case/ Salvador.

A estrutura física da CASE onde a Escola Municipal Professor Carlos Formigli está situada não se encontra em consonância com o que determina o SINASE, apresentando uma herança estrutural dos modelos arquitetônicos de acolhimento ao “menor”, composta de alojamentos similares ao sistema prisional, causando uma lotação maior do que sua capacidade e diante das definições dos documentos legais. Tal fato condiciona a organização dos estudantes nas turmas, determinando a distribuição e a rotatividade dos mesmos nos turnos de atendimento.

5.2. METODOLOGIA ADOTADA PELA ESCOLA

Segundo Lago (2019), as turmas ofertadas na Escola Municipal Carlos Formigli atendem EJA I com Tempos de Aprendizagem (TAP) I, TAP II e TAP III da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que correspondem ao Fundamental, Anos iniciais. O funcionamento ocorre nos turnos matutino e vespertino.

Em função das peculiaridades da escola, com atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativas com privados de liberdade oriundos de diversos municípios baianos, as parcerias são essenciais ao funcionamento, tanto aquelas que atuam em relação ao acompanhamento dos estudantes, quanto as que se articulam à formação continuada dos professores e ao fortalecimento da prática pedagógica.

De acordo com Santos (2019), nestes dois eixos temos como parceiros principais atuando no cotidiano da escola, em relação ao acompanhamento dos estudantes, os diversos setores da CASEs e, em relação ao fortalecimento da prática pedagógica, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que atua na promoção e criação de espaços de formação continuada, além do acompanhamento pedagógico sistemático da SMED e das Regionais às quais as escolas são vinculadas.

5.3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, recorri a uma publicação recente de um livro, que traz um memorial, onde a autora descreve a história da escola e nos revela informações relevantes sobre esse documento que em termos conceituais pode dentre várias funções estabelecer orientações de suas práticas educacionais, estabelecer objetivos do ambiente educacional, proposta curricular e até da própria gestão da Escola.

Nele, Souza (2020) revela em seu itinerário investigativo que mesmo tendo acesso ao PPP da instituição notou – se que não havia identificação de datas no documento, sendo necessário de se manter um diálogo com os professores que atuaram ou atuavam na escola. De acordo com as informações levantadas por ela, tratava-se de um documento elaborado durante a quarta gestão da escola, que se estendeu de 2010 ao início de 2015. Considerando as narrativas apresentadas, o documento foi elaborado, possivelmente, no ano de 2012.

A partir da análise do documento evidencia a preocupação com a especificidade do contexto educacional para o qual foi elaborado, onde o entendimento é de que a escola requer “uma proposta educacional que visa à necessidade de uma integração maior junto às Medidas Sócio Educativas, valorizando o contexto nas práticas pedagógicas diferenciadas” (Souza 2020).

Diante da leitura do memorial realizado pela autora, seu estudo nos mostra uma informação interessante, de que a educação idealizada apresentada na introdução do documento, do projeto político da escola entra em conflito com a modalidade ofertada, onde sujeitos adolescentes e jovens são atendidos com a modalidade EJA, na qual há um esvaziamento de sentidos para os estudantes. Souza (2020) traz informações levantadas em sala de aula que mostram como os estudantes que cumprem medidas socioeducativas com privação de liberdade vivenciam uma sucessão de abandonos da escola regular antes de cometer o ato infracional até passar a cumprir medida socioeducativa de internação.

Baquero (2008) traz uma das questões desafiadoras da EJA, desenvolvidas no contexto da Socioeducação com a privação de liberdade: sujeitos jovens imersos em um segmento da educação onde predomina uma visão abstrata e generalizante destes sujeitos. Passa a se constituir a problemática, ligada aos contextos educacionais da EJA para estudantes das medidas socioeducativas privados de liberdade, por não se considerar as especificidades dos diferentes grupos juvenis, o que gera práticas de natureza equivocada.

Outra questão relevante no contexto da escolarização na socioeducação com privação de liberdade é abordada por Souza (2017), que aponta o vínculo entre a criminalização que atravessa a experiência dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e o processo de escolarização ineficaz vivenciado por estes sujeitos. Como desdobramento de seu estudo a autora aponta diversas premissas, dentre elas a incompatibilidade entre a medida socioeducativa com privação de liberdade e a ideia de educação transformadora. Este ponto aumenta a complexidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas que assegurem o atendimento integral aos estudantes, cuja escolarização ocorre no contexto da socioeducação com privação de liberdade.

Souza (2020) traz a tona que essa sucessão de abandonos também fica evidente na análise do histórico escolar dos estudantes. Em lugar de sujeitos da EJA fazendo a retomada dos estudos, há um grupo adolescente e jovem imerso em um processo de escolarização que é concebido como parte da medida socioeducativa com privação de liberdade, vivenciando aquela modalidade educacional, oferecida em virtude do direito à educação como assegurado nos dispositivos legais, mas sem levar em conta a especificidade dos sujeitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a estrutura e funcionamento da Escola Municipal Professor Carlos Formigli, situada dentro das dependências da Case Salvador. A Case Salvador é um Centro de Atendimento Socioeducativo para adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, com privação de liberdade. Uma das formas de conhecer a realidade do outro é pela investigação científica, norteadas por critérios estabelecidos e pela própria ciência, que, por si só, se refere a uma prática sistematizada e reflexiva acerca do pensamento a fim de construir conhecimento.

Busquei por meio de um breve parecer histórico, compreender como era o tratamento de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, como eram vistos, classificados e estigmatizados. Começando desde a Independência do Brasil até os tempos atuais. Os contextos sociopolíticos criaram normas diferenciadas em consonância com as preocupações que estão em vigor principalmente daqueles que detém o poder, e que quase sempre apontam para os que “desviam” o caminho da segregação.

É perceptível que componentes sociais, raciais e econômicos sempre definiram na categorização dos “desviantes”. A legislação penal quase sempre aplicada em zonas sociais marginalizadas e sobre os grupos subalternizados, vide as características da população que cumprem medidas socioeducativas nos Centros de Atendimento.

Com o passar das décadas, houve a preocupação em criar mecanismos de proteção social, como o ECA e o SINASE, porém ainda persistem as práticas disciplinares, mantendo as armadilhas de um sistema repressivo – punitivo.

Com relação a Socioeducação, é uma realidade indiscutível, o que precisamos é favorecer a discussão sobre as práticas e experiências, favorecendo as pesquisas na área e fortalecendo os programas e políticas públicas.

As medidas socioeducativas não visam somente à retribuição pela violação à lei, mas são, precipuamente, estabelecidas para socializar o adolescente e viabilizar

o desenvolvimento de todas as suas potencialidades psicossociais. Portanto, apesar das medidas terem origem numa infração, a natureza socioeducativa impõe o desenvolvimento de um programa de consistentes ações pedagógicas.

No meio Socioeducativo, os adolescentes têm a oportunidade de desenvolver as competências sociais e interpessoais, logo a escolarização formal como parte das medidas socioeducativas possibilita o resgate ao direito à Educação, regularizando o percurso pedagógico desses sujeitos de direitos em uma perspectiva libertadora, pois visa gerar neles a criticidade e a reestruturação do seu projeto de vida ao serem reinseridos nos contextos sociais.

Diante da pesquisa bibliográfica, ficou exposto que a Escola Municipal Professor Carlos Formigli encontra – se com sua estrutura fora do que espera de um espaço educacional e diante dos parâmetros exigidos pelo SINASE, pois não está em harmonia com as diretrizes do projeto arquitetônico.

O Projeto Político da escola entra em conflito com a modalidade ofertada, onde os sujeitos adolescentes e jovens são atendidos com a modalidade EJA, na qual há um esvaziamento de sentidos para os estudantes. Há uma incompatibilidade entre a medida socioeducativa com privação de liberdade e essa ideia de educação libertadora.

Há um esforço da equipe docente que trabalhava na instituição, com intensa preocupação com relação ao currículo e práticas pedagógicas exercidas para os adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. Na busca por outros caminhos, desde 2017 eram realizados grupos de trabalho entre a SMED e a UNEB, com intuito de reavaliar e discutir o PPP e reformular o currículo que se adequasse com as demandas e realidade da escola. Foi formulada uma proposta e enviada para aprovação no Conselho Municipal de Educação.

Desse modo trago também minha experiência pessoal, ao realizar a disciplina Estágio Supervisionado II, em Gestão Escolar na escola pesquisada. A atividade foi desenvolvida no período de 18/07/2019 a 19/09/2019. Essa intervenção nasce a partir das experiências do projeto de extensão da UNEB “Ações Libertárias”,

coordenado pela Profa. Ms. Camila Figueiredo, bem como o nosso trabalho na disciplina de Estágio Supervisionado II, em Gestão Escolar.

Através das observações realizadas juntamente com a gestão escolar, no qual desenvolvemos observações da prática pedagógica, aplicamos o questionário com a gestora, coletamos dados da organização do espaço e andamento da gestão escolar, guardando devidamente as proporções do que era possível, por se tratar de uma escola dentro de uma instituição para privados de liberdade.

Foi diagnosticada a ausência de um espaço de leitura e organização de acervo já existentes. Com o intuito de modificar essa realidade, criamos o projeto de intervenção um espaço de leitura chamado “Sala da Liberdade”, visando assim incentivar o processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e conseqüentemente da escrita, além de representar também uma condição de libertação, de poder ser um leitor mais autônomo e crítico do mundo que o rodeia.

Neste processo houve a análise da estrutura física do espaço, onde além de comportar a sala de leitura, o espaço era usado pelas docentes e gestão como sala para as formações pedagógicas. Em seguida a separação do mobiliário, por sinal muito escasso, onde fizemos adaptações; limpeza de estantes; arrecadamos livros na Universidade, com professores e colegas para aumentar a lista de livros existentes; criamos um sistema de catalogação e etiquetagem do acervo, mesmo sem computadores disponíveis na instituição e organização final com a inauguração da sala como culminância do projeto.

A inauguração contou com a presença das professoras Ana Lago e Camila Figueiredo, além da equipe docente da escola e para nossa grata satisfação houve a liberação de alguns estudantes da instituição, onde puderam participar da abertura da sala, onde foi feita uma dinâmica e por fim uma confraternização com um lanche para finalizar. Foi um momento marcante de contato com uma realidade até então muito distante e de muito aprendizado com docentes e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguirre, C. (2009). Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In M. L. Bretas. M. Costa, C. N. Maia & F. D. S. Neto (Orgs.). *História das Prisões no Brasil* (pp. 9-77, v. 1). Rio de Janeiro: Rocco.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. *Rostos de crianças no Brasil*. In: RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução a sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Renan, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.068/90). Brasília: 1990.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº 12.594). Brasília: CONANDA, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.116, pp. 245-262. ISSN 0100-1574. Acessado em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext em 31/08/2021

DIGIÁCOMO, Murillo José. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba, jan, 2014.**

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 2007

Julião, Elinaldo Fernandes. Educação para Jovens e Adultos em Situação de Restrição e Privação de Liberdade: Questões, Avanços e Perspectivas. Jundiaí, Paco Editorial: 2013. 324 p.

Lago, Cristiani Castro do; Souza, Eliane Silva; Santos, Renata Rose Costa dos; Santos, Vanice Alves dos. *A escolarização no contexto das medidas socioeducativas: caminhos para inovar na privação de liberdade – 1 ed. – Maringá: Viseu, 2019. 112 p.*

MARINHO, F. C.; GALINKIN, A. L.. *A História das Práticas frente ao desvio social de jovens no Brasil: Reflexões sobre o ideal de ressocialização. PESQUISAS E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS*, v. 12, p. 280, 2017.

Minayo, M. C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Passetti, E. (1999). *Crianças carentes e políticas públicas*. In M. D. Priore

Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Rizzini, I. (2009). *Meninos desvalidos e Menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas*. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.). *A arte de governar crianças: a História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 225-286). São Paulo: Cortez

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil. Percursos histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio.

Rizzini. (2000). *A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história*. Brasília, DF: Unicef.

RODRIGUES, Iurca Lazzariny dos Santos. *Execução de Medida Socioeducativa de Internação e Comunidade Socioeducadora: notas investigativas sobre os socioeducadores da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC)-Bahia*. 2017.

ROQUETE, Liana Correia. *O Direito à Educação no Contexto de Medida Socioeducativa de Internação*. In: **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação (Anais), Portugal**. 2014.

Santos, M. A. C. D. (1999). *Criança e criminalidade no início do século*. In M. D. Priore (Org.). *História das crianças no Brasil* (pp. 210-230). São Paulo: Contexto.

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

Souza, Eliane Silva. *Práticas Pedagógicas com privados de liberdade: memorial de uma escola da EJA na socioeducação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 122 p.

Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a Lei*. São Paulo: Cortez.